

Projeto História – revista do
programa de estudos pós-graduados
do Departamento de Historia da
Pontifícia Universidade Católica
de São Paulo e sua função social
no campo da historiografia

Projeto História, revista del programa de estudios
de postgrados del Departamento de Historia de
la Pontificia Universidad Católica de São Paulo y
su función social en el campo da historiografía

*Projeto História —Journal of Post-Graduate
Studies of the History Department of the Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo and its
social function in the historiographical field.*

VERA LUCIA VIEIRA*

Projeto História

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil

* vevivevi.vieira@gmail.com, vieiraveralucia2012@gmail.com

[288]

RESUMO

O objetivo deste artigo é discutir a contribuição das revistas de História para a discussão historiográfica acerca de temas candentes em cada momento histórico. Nosso objeto de estudo na revista *Projeto História* contribuir para elevar o nível de qualidade, forma e conteúdo das publicações na área de história. Sua divulgação se dá tanto no âmbito nacional quanto internacional. O critério de seleção dos temas de cada volume acompanha as discussões mais candentes que perpassam a historiografia em cada momento, ao longo destes últimos 20 anos, conforme se pode observar recuperando os títulos dos volumes. Conforme se observa no presente artigo, os temas selecionados extrapolam o campo estritamente acadêmico e universitário, e trazem para o âmbito deste debate os problemas concretos nacionais, regionais e internacionais em sua historicidade.

Palavras-chave: Revista *Projeto História*, historiografia contemporânea, história e periódicos, ideologia.

RESUMEN

El objetivo de este artículo es discutir el aporte de las revistas de Historia a la discusión historiográfica sobre temas candentes en cada momento histórico. Nuestro objeto de estudio es la revista Projeto História, mantenida y editada por el Programa de Postgrado de Historia de la Pontificia Universidad Católica de São Paulo —PUC-SP—, proyecto sin ánimo de lucro, de ámbito nacional e internacional, que tiene se propone ayudar a elevar el nivel de calidad formal y de contenido de las publicaciones en el área de Historia, con divulgación tanto a nivel nacional como internacional. El criterio de selección de los temas de cada volumen acompaña las discusiones más relevantes sobre historiografía en cada momento a lo largo veinte años, conforme se puede observar al recuperar los títulos de los volúmenes. De acuerdo con lo que se observa en este texto, los temas seleccionados sobrepasan el campo estrictamente académico y universitario al traer para el ámbito de este debate problemas concretos nacionales, regionales e internacionales en su historicidad.

[289]

Palabras clave: *Revista Projeto História, historiografía contemporánea, historia y periódicos, ideología.*

ABSTRACT

This article discusses the contribution of history journals to the historiographical treatment of significant issues at each historic moment. The aim of the study of the journal Projeto História is to contribute to the raising of the level of quality, form and content of history publications in both the national and international arena. The selection criteria of the topics in each volume reflects the historiographical topics of each moment throughout the last twenty years. According to this text, the selected topics exceed the academic and university fields by treating national, regional and international problems in their historicity.

Keywords: *Journal Projeto História, contemporary historiography, history and periodicals, ideology.*

[290]

O presente artigo se propõe recuperar, do debate que integra a revista *Projeto História*,¹ a historiografia que se refere à relação entre o Estado e a sociedade em países latino-americanos e, particularmente, no Brasil. Tal tema perpassa uma série de volumes da Revista, apesar da diversidade que configura cada um deles, e nesta produção se destaca o caráter violento do Estado, a impossibilidade da consolidação da democracia, os longos ciclos ditatoriais, a desigualdade socioeconômica, a exclusão do acesso da maioria a direitos constitucionais, as resistências a esta ordem discriminatória e por demandas sociais, constatação que emerge do interior do conjunto de textos que compõem os volumes da coleção. Observa-se no interior da Revista que, mesmo quando o autor não se propõe discutir a violência institucional, é possível recuperar tal escopo historiográfico.

O desenvolvimento deste objetivo é precedido por uma retrospectiva da função social que a revista vem cumprindo desde sua produção, no qual situamos o momento em que, a nosso ver, observa-se uma inflexão metodológica na seleção dos temas que comporão cada volume. Ou seja, até o ano de 2004, cada título e seus respectivos conteúdos partem da discussão historiográfica em voga no período. Assim, os artigos eram selecionados em conformidade com a perspectiva historiográfica indicada no título e na ementa. A partir daquele ano, o critério de definição dos títulos e respectivas emendas passou a ser referido à efeméride ou acontecimento histórico relevante, rememorado no ano correspondente ao do lançamento do tomo da Revista. O intuito foi o de resgatar a perspectiva histórica da produção acadêmica a eles referida, independentemente da posição historiográfica do autor.

Vejamos com mais detalhes tal inflexão.

A *Projeto História* foi lançada pelo programa de pós-graduação em História na década de 1980 e seus primeiros volumes expressam bem a coerência dos editores quanto à missão da revista e ao fato de terem alcançado os objetivos de demonstrar ao mundo acadêmico sua integração ao debate historiográfico. Estes a concretizaram praticamente sem apoio

1. *Projeto História* – revista do programa de estudos de pós-graduação do Departamento de Historia da PUC-SP, São Paulo: EDUC, 1984 a 2013.

institucional, em um contexto em que tal produção não recebia o incentivo que hoje se verifica.²

O Brasil vivia sob censura, pois a ditadura que abalou o país, iniciada em 1964, termina formalmente em 1985, portanto, alguns anos depois do lançamento da Revista. Assim, produzir textos que refutavam o preceito de sua neutralidade,³ trazer à tona uma discussão historiográfica sobre Gramsci e o fascismo,⁴ por exemplo, publicar artigos que analisavam as condições dos trabalhadores sob o impacto da reestruturação produtiva, política-chave da modernização conservadora promovida pela burguesia autocrata, liderada pelos militares, adquiria conotação muito distinta da vigente nos dias atuais.

[291]

A conferência proferida pela historiadora já falecida Dea Ribeiro Fenelón, no encontro anual da Associação Nacional dos Historiadores —ANPUH— em julho de 1981, consolida a postura proposta para a Revista. Suas palavras traduzem uma veemente crítica à pretensa neutralidade dos modelos paradigmáticos que norteavam as pesquisas até aquele momento e a inerente alienação da produção acadêmica, resultante do distanciamento entre essa produção e o conhecimento vigente na sociedade que deveria ser recuperado prioritariamente pela História Oral. A isso, diz a autora, se somava a implícita noção de progresso contínuo e linear, que omitia da história seus conflitos e fazia com que o historiador se esquecesse de que o resultado de suas reflexões é sempre coletivo.

A partir daí até o ano de 2004, a Revista enfatiza os temas vinculados à Nova História, ao trazer autores que discutem novas abordagens e a necessidade do reconhecimento de que qualquer vestígio da produção humana pode e deve ser tomado como fonte para a produção historiográfica. Tal perspectiva, assim como a intersecção entre a história e áreas do conhecimento,

-
2. Destacam-se neste esforço a professora e doutora Maria Antonietta Antonacci que respondeu pela edição da Revista desde o ano de 1993 até 2004 (vols. 10, 11, 12, 13, 14, 15, 25, 26, 27, 28), com o auxílio de colegas, tais como a Prof. Dra. Yvone Dias Avelino (vols. 2 e 6); a Profa. Dra. Yara Khoury (vols. 18, 19, 22); a Prof. Dra. Denize Bernuzzi de Sant'Anna (vols. 25 e 27); a Profa. Dra. Estefânia Knotz Fraga (v. 3); a Profa. Dra. Heloisa de Farias Cruz (v. 20 e 35), entre outros.
 3. Mauricio Tragtenberg, “A delinquência acadêmica”, *Projeto História* 1 (jan.-dez., 1981): 20-24.
 4. Enrique Peregalli, “Gramsci, A Questão Meridional e o Fascismo: uma abordagem historiográfica”, *Projeto História* 1 (jan.-dez., 1981): 26-29.

tais como a literatura, a antropologia, a psicologia, entre outras,⁵ é associada à micro-história e à história do cotidiano, que se distanciam dos temas políticos e da perspectiva da luta de classes. Ao longo desse período, dá-se ênfase à história oral, tomada tanto como um novo método quanto como um instrumental de coleta de informações.

[292]

Muitos dos textos publicados pela Revista no período foram anteriormente debatidos em congressos promovidos pelo Programa ao qual a Revista pertence, nos quais se destacou o historiador italiano Alessandro Portelli, reconhecido promotor do debate e da produção sobre as perspectivas acima referidas.⁶

A partir de 2004, a inerente vinculação entre a produção acadêmica e a vida social mantém-se como missão do periódico, mas em outra perspectiva, o que se destaca no título do volume n.º 29, intitulado *Cultura e Poder: o golpe de 64 – 40 anos depois*⁷ embora se mantenha a finalidade de dar visibilidade ao o debate historiográfico, no caso, sobre este último período ditatorial no Brasil. O leitor pode recuperar das páginas deste tomo da Revista que a historiografia no Brasil sobre o tema se divide, fundamentalmente, entre os que consideram ter este se restringido a um Estado de exceção, ou ter

-
5. Alguns dos títulos da Revista que expressam tais perspectivas: *História e Ideologias* 5 (jan.-jun., 1986); *História e Política* 6 (jul.-dez., 1986); *História e Movimentos Sociais* 7 (jan.-jun., 1987); *História e Linguagem* 8-9 (jan.-jun., 1992); *História e Cultura* 10 (jul.-dez., 1993); *Mulher e Educação* 11 (jan.-dez., 1994); *Diálogos com Edward Palmer Thompson* 12 (jul.-dez., 1995); *Cultura e Cidade* 13 (jan.-jun., 1996); *Cultura e Representação* 14 (jan.-jun., 1997); *Ética e História Oral* 15 (jul.-dez., 1997); *Cultura e Trabalho* 16 (jan.-jun., 1998); *Trabalhos da Memória* 17 (jul.-dez., 1998); *Espaço e Cultura* 18 (jan.-jun., 1999); *Campo e Cidade* 19 (jul.-dez., 1999); *Sentidos da Comemoração* 20 (jan.-jun., 2000); *História e Imagem* 21 (jul.-dez., 2000); *História e Oralidade* 22 (jan.-jun., 2001); *Arte da História e outras Linguagens* 24 (jan.-jun., 2002); *Corpo & Cultura* 25 (jul.-dez., 2002); *Interpretando práticas de Leitura* 26 (jan.-jun., 2003); *Nomadismo, Memórias, Fronteiras* 27 (jul.-dez., 2003); *Festas, Ritos, Celebrações* 28 (jan.-jun., 2004).
 6. Vide, por exemplo, o volume: *História e Historiografia: Contribuições e Debates* 4 (jan.-dez., 1985); o qual contém artigos como: Wilson Montagna, “As novas influências metodológicas na história brasileira”; Frances Rocha, “Algumas notas sobre a polêmica entre novos e velhos temas da história”; Déa Ribeiro Fenelón, “Trabalho, Cultura e História Social: Perspectivas de Investigação”.
 7. *Projeto História - Cultura e Poder: o golpe de 64 – 40 anos depois* 29.1 e 29.2 (jul.-dez., 2004).

se configurado como uma época de exacerbado autoritarismo, e os que o reconhecem como ditatorial. Neste último aspecto, a questão em debate é sobre a natureza dessa ditadura: alguns consideram que se tratou de um regime ditatorial,⁸ ou de uma ditadura civil militar,⁹ ou ainda bonapartista.¹⁰

Autores que advogam as perspectivas do Estado de exceção ou um regime autoritário se fundam na vigência de uma Constituição e na presença de dois partidos a comporem o governo, além das eleições indiretas que possibilitaram a alternância de militares no poder. Embora reconheçam as limitações da atuação dessas câmaras e de uma Constituição promulgada pela ditadura —sob o signo da Ideologia da Segurança Nacional, inclusive legalizando a repressão—, consideram que o funcionamento do Senado e das Câmaras de Deputados serviu como freio aos desmandos dos ditadores.

Já os que atribuem ter sido uma ditadura civil militar enfatizam a colaboração dos primeiros aos líderes das forças armadas no governo, não apenas lhes dando respaldo, mas também intervindo nas decisões políticas e econômicas que os beneficiaram. Por último, mas não menos importantes, estão os autores que interpretam a ditadura, não como um momento na história do país, mas como expressão da própria configuração do Estado no Brasil.¹¹ Entendem que as ditaduras cumprem a função de manter o controle do Estado nas mãos de uma burguesia autocrata a qual demanda, de tempos em tempos, que os militares assumam o comando de forma a garantir a reiteração das decisões do Estado a seus interesses de classe, mas não os interesses de todos os segmentos que a compõem, senão os do segmento que se beneficia com a continuidade da subordinação e a dependência ao capital

[293]

-
8. Angelo Del Vecchio, “Política e potência no regime militar brasileiro”, *Projeto História* 29.1 (jul.-dez., 2004): 169-196; Maria Aparecida de Aquino, “Brasil: golpe de estado de 1964. Que estado, país, sociedade são esses?”, *Projeto História* 29.1 (jul.-dez., 2004): 87-105.
 9. Paulo Alves de Lima Filho, “O Golpe de 1964: A vitória e a vitória da ditadura”, *Projeto História* 29.2 (jul.-dez., 2004): 513-526.
 10. Antonio Rago Filho, “O ardid do politicismo: do bonapartismo à institucionalização da autocracia burguesa”, *Projeto História* 29.1 (jul.-dez., 2004): 139-167; Giovanni Alves, “Capitalismo e trabalho no Brasil do século XXI: metamorfoses da autocracia burguesa (1964-2004)”, *Projeto História* 29.2 (jul.-dez., 2004): 477-497.
 11. Vera Lucia Vieira, “Criminalização das lutas sociais em estados autocráticos burgueses”, *Projeto História* 31 (jul.-dez., 2005): 189-205.

[294]

internacional. Esta perspectiva considera ainda que a presença dos civis no poder durante a ditadura de 1964, assim como na liderada pelo oligarca Getúlio Vargas na década de 1935, expressa as “diversas frações do capital atrofico que se lançaram ao controle do aparato de poder”. Com o mesmo teor, entendem que as divergências entre a Aliança Renovadora Nacional —ARENA— e o Movimento Democrático Brasileiro —MDB— representam apenas a presença no poder dos “gestores bonapartistas que se polarizaram” e cujas “dissensões se acentuam com a crise do ‘milagre econômico’”. No entanto, entendem os mesmos autores que a “irrupção das greves operárias [que] pôs em xeque a política do arrocho salarial, fazendo estremecer o mando autocrático”,¹² “o ardid do politicismo [...] vingou uma transição pelo alto, desmobilizando a ruptura com a lógica da superexploração da força de trabalho e deixando intocável a reprodução do capital induzido e subordinado”.¹³

Os volumes que trazem esse debate põem em tela ainda as condições vigentes no país¹⁴ antes e durante a ditadura, tanto na perspectiva de um teórico como Celso Furtado¹⁵ quanto as expressas na arte cinematográfica,¹⁶ nas cantigas populares,¹⁷ assim como o papel que cumpriram nessa função, tanto a igreja¹⁸ quanto intelectuais e partidos.¹⁹

-
12. Antonio Pedro Tota e Antonio Rago Filho, “Apresentação”, *Projeto História* 29.1 (jul.-dez., 2004): 359-362.
 13. Tota e Rago, 359-362.
 14. Antônio Torres Montenegro, “As Ligas Camponesas às vésperas do golpe de 1964”, *Projeto História* 29.2 (jul.-dez., 2004): 391-416.
 15. Rosa Maria Vieira, “Celso Furtado e o nordeste no pré-64: reforma e ideologia”, *Projeto História* 29.1 (jul.-dez., 2004): 53-86.
 16. Iza Luciene Mendes Regis, “O Sertão Iluminado: O Cine-Sertão de Rosemberg Cariry”, *Projeto História* 29.1 (jul.-dez., 2004): 553-569; Wagner Cabral da Costa, “O maranhão será terra em transe? História, política e ficção num documentário de Glauber Rocha”, *Projeto História* 29.1 (jul.-dez., 2004): 447-475; Sérgio Alves de Souza, “Duas vezes Calabar – 1632/1973”, *Projeto História* 29.1 (jul.-dez., 2004): 499-512.
 17. Marcos Silva, “Laerte encontra Henfil (queda e ascensão das ditaduras)”, *Projeto História* 29.1 (jul.-dez., 2004): 125-138; Marinalva Vilar de Lima e Paula Cristiane de Lyra Santos, “Isotimia e Assinalação: Castelo Branco na literatura de folhetos”, *Projeto História* 29.2 (jul.-dez., 2004): 417-446.
 18. Juan Cruz Esquivel, “Da sociedade política à sociedade civil: a presença pública da igreja católica brasileira num período de instabilidade política (1952-2004)”, *Projeto História* 29.1 (jul.-dez., 2004): 197-221.
 19. James N. Green, “Clérigos, exilados e acadêmicos: oposição à ditadura militar brasileira nos Estados Unidos, 1969-1974” (tradução Olga M. Charro), *Projeto*

O artigo da historiadora argentina Irma Antognazzi, que adentra ao debate historiográfico sobre as ditaduras, acima mencionado, considera que a análise desses períodos como uma “uma falsa divisão, civis versus militares, impediu conhecer os interesses em jogo das oligarquias financeiras em processo de gestação e de conquista do poder do estado”.²⁰ Por outro, continua a autora, “pretendeu-se negar a possibilidade de abordar a essência dos processos históricos em sua globalidade e amplo desenvolvimento temporal e se abriu a porta para toda classe de histórias parciais, setoriais ou micro-histórias que, mesmo com um grande preciosismo documental e de tratamento das fontes, deixaram de fora os contextos globais”.²¹

[295]

A aproximação de professores do Departamento com acadêmicos latino-americanos, através de congressos, eventos e se afiliações a entidades universitárias voltadas para os estudos da história do continente, possibilitou à Revista incorporar um número cada vez maior de autores da região. Objetivou-se a internacionalização da Revista, a difusão, no Brasil, da historiografia aí produzida, assim como a divulgação de informações sobre a história do continente. Tal esforço já se verificara em 1982, ano em que se editou o volume número dois (2) da Revista, intitulado *História e Historiadores: América Colonial, comunidades e partidos*.²²

A discussão sobre o impacto dos novos paradigmas na construção historiográfica tem continuidade nos volumes seguintes, de que é um exemplo, o texto do historiador venezuelano Roberto López Sánchez,²³ inscrito na edição intitulada *Polifonias e Latinidades* (v. 32, 2006) consolidando-se a aproximação com acadêmicos latino-americanos.

O conselho da revista estabelece a meta de intensificar o diálogo com historiadores latino-americanos e caribenhos, num momento em que a discussão sobre a relação Brasil e demais países do continente assumia prioridade no interior da sociedade civil e no governo. De fato, apenas a partir

História 29.1 (jul.-dez., 2004): 13-34; Carlos Eduardo Carvalho, “O PC do B durante a ditadura: duas importantes contribuições”, *Projeto História* 29.2 (jul.-dez., 2004): 527-552.

20. Irma Antognazzi, “Necessidade do enfoque historiográfico para explicar os processos sociais do presente” (tradução de Vera Lucia Vieira), *Projeto História* 29.1 (jul.-dez., 2004): 35-51.
21. Antognazzi, 35-51.
22. O volume foi coordenado pela doutora Yvone Dias Avelino, professora titular do Departamento de História da PUC-SP.
23. Roberto López Sánchez, “La historiografía venezolana ante los nuevos paradigmas”, *Projeto História* 32 (jan.-jun., 2006): 31-53.

[296]

da década de 2000, a disciplina de espanhol passa a constar dos currículos do ensino fundamental e médio, assim como os jornais abrem um espaço maior para divulgar o que ocorre na região, embora, em sua maioria, ideologicamente vinculados às posturas tradicionalmente hegemônicas na política de cada país e nitidamente críticos aos governos que se propõem ampliar a inserção dos segmentos sociais historicamente excluídos do acesso aos bens produzidos socialmente.²⁴

Os esforços para romper a tradicional postura do Brasil de dar as costas aos países vizinhos se ampliam, ante a premente necessidade de rever ou romper com o modelo subordinado e dependente do capitalismo central que nos configura, pois tais relações se abalam com a crise europeia e norte-americana.

Tal aproximação possibilitou também a divulgação da Revista na região e principalmente ampliou os debates sobre os temas mais candentes que unem os países no continente. Rapidamente os esforços frutificaram, o que permitiu a produção de dois volumes sobre temas latino-americanos e caribenhos, com a participação de textos de inúmeros acadêmicos. Intitulados *Américas e Polifonias e latinidades*, os volumes de número 31 e 32 respectivamente, no ano de 2005,²⁵ abrem com o tema da integração regional,²⁶ tanto do ponto de vista diplomático e econômico²⁷ quanto cultural.²⁸

Nesses volumes, destaca-se, entre outros, a mudança das perspectivas tradicionalmente voltadas para uma visão homogeneizadora do continente latino-americano, as quais tendem, mais recentemente, a reconhecer sua diversidade, ainda que para fins estratégicos:

Numerosos medios de comunicación, agentes económicos y centros gubernamentales se comportan como si el vasto espacio entre el Río Grande y el cabo de Hornos tuviese suficiente homogeneidad para

24. Francisco Fonseca, “O conservadorismo patronal da grande imprensa brasileira”, *Opinião Pública* 9.2 (out., 2003): 73-92.

25. *Projeto História* – Américas 31 (jul.-dez., 2005) e *Projeto História* 32 – Polifonia e latinidade (jan.-jun., 2006).

26. Carolina Crisorio, “Mercosur: una mirada desde la Argentina”, *Projeto História* 31 (jul.-dez., 2005): 55-72; Emília Da Costa Viotti, “Sucessos e fracassos do mercado comum centro-americano: dilemas do neoliberalismo”, *Projeto História* 31 (jul.-dez., 2005): 91-108; José Luís Fiori, “Sistema mundial e América Latina: mudanças e perspectivas”, *Projeto História* 32 (jan.-jun., 2006): 55-77.

27. Viotti 91-108.

28. *Projeto História* 31 e 32.

que esa denominación común demandase una estrategia unificada en términos políticos, económicos y de seguridad.²⁹

Embora referido aos extremos da Argentina, pode-se abstrair tal evidência para toda a região,³⁰ as quais são recuperadas, por exemplo, em estudo de história comparada, conforme se observa no texto de Lara Mancuso.³¹ Mas, uma heterogeneidade que tem em comum as “contradições decorrentes da condição subordinada e induzida de fora, cujo desenvolvimento se configura como forma não clássica, particular de ser e ir sendo capitalismo, todavia incompleto e incompletável, que explicita o caráter restrito até mesmo da vigência dos preceitos liberais democráticos”, conforme salientam os editores na apresentação desse tomo.

Além de retomar a discussão sobre a conotação autocrática que assume o Estado, tanto em tempos de “democracia” quanto em tempos de guerra, com seus ciclos ditatoriais, os golpes militares, os ideais revolucionários que se manifestam desde o século XIX³² no interior das lutas pelas independências e as revoluções do século XX,³³ os volumes pautam a questão dos povos originários, cujas lutas pelo reconhecimento de seus direitos ancestrais até

[297]

-
29. Revista Española de la Defensa, n.º 147, Ministerio de la Defensa. Madrid, 2. Citado em “Apresentação”, *Projeto História* 31 (jul.-dez., 2005): 2.
30. Gabriela Pellegrino Soares, “Diálogos culturais latino-americanos na primeira metade do século XX”, *Projeto História* 32 (jan.-jun., 2006): 241-256; Kátia Gerab Baggio, “Magia e paixão: o México sob o olhar de Érico Veríssimo”, *Projeto História* 32 (jan.-jun., 2006): 79-95; Eduardo Scheidt, “Nação Mazziniana chega à região platina: jornalistas italianos e os debates no Prata em meados do século XIX”, *Projeto História* 32 (jan.-jun., 2006): 97-121; José D’Assunção Barros, “Música indígena brasileira-filtragens e apropriações históricas”, *Projeto História* 32 (jan.-jun., 2006): 153-169; Júlio Pinto Pimentel, “Em busca de um estilo: narrativas literárias brasileiras e hispano-americana nos anos de 1990”, *Projeto História* 32 (2006): 143-152.
31. Lara Mancuso, “A comparação no estudo da história da América latina”, *Projeto História* 31 (jul.-dez., 2005): 259-275.
32. Zilda Márcia Gricoli Iokoi, “A atualidade das proposições de Mariátegui, um revolucionário latino-americano”, *Projeto História* 31 (jul.-dez., 2005): 147-165.
33. Hernán Venegas Delgado, “El fantasma de la revolución haitiana y la independencia de Cuba (1820-1829)”, *Projeto História* 31 (jul.-dez., 2005): 25-54; José Mao Junior, “A crise do sistema oligárquico de dominação em Cuba: a revolução de 1933”, *Projeto História* 31 (jul.-dez., 2005): 207-236; Everaldo De Oliveira Andrade, “Bolívia, 1964 – Os militares também golpeiam”, *Projeto História* 31 (jul.-dez., 2005): 131-146.

os dias atuais frequentemente questionam as noções de progresso e desenvolvimento tomados como verdades absolutas a serem perseguidas.³⁴

Em continuidade, no número intitulado *História e direitos* (v. 33 [ago.-dez., 2006]), o editor Antonio Rago Filho o apresenta iniciando com a análise da pintura que ilustra o volume, um destaque da obra do pintor equatoriano Oswaldo Guayasamín (1919-1999), intitulada *Las Manos*. Segundo o editor, tal pintura:

[298]

[P]lasma a resistência e rebeldia daqueles que são secularmente explorados, expropriados, mutilados, torturados, mas que com suas energias e capacidades subjetivas humanas constroem a riqueza genérica das alteridades, trabalho objetivado na forma da alienação e do estranhamento por conta da reprodução ampliada do capital”. (...) Expressa [assim] o símbolo das lutas dos de baixo, mas também as possibilidades de conquistas sociais, para além do capital e do Estado, voltadas para uma nova forma de sociabilidade.³⁵

Dedicado às lutas sociais, esse volume adentra ao debate historiográfico sobre o teor de tais conflitos. A diversidade que as configura, manifesta-se em movimentos que podem ser caracterizados desde sublevações, até revoluções, perpassando por demandas que incluem tanto a luta pela terra quanto o reconhecimento da multiculturalidade inerente a alguma particularidade social. Inclui também mobilizações por direitos de cidadania ou as que denunciam preconceitos étnico raciais, culturais e demais formas diversas de exclusão social.³⁶ Em comum, conforme se observa das proposições do

-
34. Fernando Torres-Londoño, “Conquista e cultura material na Nova Espanha no século XVI”, *Projeto História* 31 (jul.-dez., 2005): 277-293; Yvone Dias Avelino. “Comércio livre: política reformista borbônica na estrutura do sistema colonial na América Latina”, *Projeto História* 31 (jul.-dez., 2005): 237-258; Heloisa Jochims Reichel, “A participação dos indígenas na construção do estado argentino (1810-1852)”, *Projeto História* 31 (jul.-dez., 2005): 295-311; Adelaida Sagarra Gamazo, “América tiene nombre de mujer: mujeres indígenas en el pactismo durante la frontera”, *Projeto História* 31 (jul.-dez., 2005): 73-89.
35. Antonio Rago Filho, “Apresentação”, *Projeto História* 33 (jul.-dez., 2006): 9-17.
36. Vera Lucia Vieira. “Autocracia Burguesa e Violência Institucional”. Texto apresentado no *Congresso Interescuelas Tucuman*. Argentina, Buenos Aires. Setembro 2007. “As constituições burguesas e seus limites contrarrevolucionários”, *Projeto História* 30 (jan.-jun., 2005): 99-126.

conjunto dos autores, tais lutas sociais espelham as contradições materiais inerentes à relação capital-trabalho.³⁷

Se, por um lado, expõem a diversidade latino-americana, também evidenciam que são formas de resistência “de indivíduos atuantes, que protagonizam respostas e alternativas às demandas sociais inscritas no próprio evoluir histórico”.³⁸ Coerentemente à analítica do historiador Pierre Vilar, o qual destaca, a partir de Karl Marx, conforme citado na revista, que “é a sociedade civil que faz o Estado e não o Estado que faz a sociedade civil”, os autores acabam por evidenciar os direitos “que brotam da práxis cotidiana das classes subalternas e que buscam erradicar injustiças e chagas sociais”.

[299]

A continuidade do tema aparece acompanhando os contornos mais recentes que expressam a manutenção da relação dicotômica entre Estado/governo e sociedade civil, conforme apresenta o número seguinte denominado *Violência e Poder* (vol. 38. jan.-jun., 2009).

Explica o interesse pelo tema as várias contribuições que a Revista recebeu as quais denotam a perplexidade com que se depara o mundo de hoje ante a aparente contradição entre o avanço do conhecimento humano (tecnologia) e a reincidente barbárie das guerras, dos genocídios e das violações de direitos dos indivíduos³⁹, mesmo depois de findas as ditaduras e reinstituídos, pelo menos formalmente, os Estados de Direitos.⁴⁰

Não por acaso o tema da violência, analisado em suas variadas manifestações, tornou-se um dos principais objetos de estudos de várias disciplinas na região. Historiadores, especialistas e entidades de direitos humanos

-
37. A preocupação perpassa outros números da Revista, conforme se pode ver em: Herval Pina Ribeiro, “Meio e violência do trabalho no capitalismo: dimensões e complexidades”, *Projeto História* 23 (jul.-dez., 2001): 119-140.
38. Referência à analítica exposta por “José Chasin, ‘A determinação ontonegativa da politicidade em Marx’”, *Revista Ensaios Ad Hominem* 3 (2000): 126-127.” Em: “Apresentação”, *Projeto História* 33 (jul.-dez., 2006): 9.
39. Celso Ramos Figueiredo Filho, “Nos porões da ditadura: psicanálise da tortura aos presos políticos no Brasil pós-64”, *Projeto História* 38 (jan.-jun., 2009): 57-78; Neusah Cerveira, “Rumo à Operação Condor – ditadura, tortura e outros crimes”, *Projeto História* 38 (jan.-jun., 2009): 97-118; Carla Reis Longhi, “O Aparato Repressivo Brasileiro: dinâmicas da violência e confrontos pelo poder”, *Projeto História* 38 (jan.-jun., 2009): 119-140.
40. David Maciel, “O transformismo na substituição da institucionalidade autoritária pela institucionalidade democrática (1985- 1990)”, *Projeto História* 38 (jan.-jun., 2009): 79-95.

debruçam-se sobre o assunto que vai da violência doméstica⁴¹ à violência decorrente da contravenção às normas e regras, à dos organismos policiais, a que se observa no sistema penitenciário, à criminalização das lutas e demandas sociais⁴² etc., evidenciando-se que estas têm raízes, causas e dinâmicas de natureza diferente.⁴³

[300]

É claro que a situação social exacerba mesmo as violências de cunho privado, como a citada violência doméstica — de maridos contra esposas, de pais contra filhos — que sempre existiram, mas que, em virtude da tensão existente na sociedade, da precariedade das vidas nas condições do mundo neoliberal, com a formação do desemprego estrutural, tornam-se mais concretas e atuantes.

Quanto à violência que se exerce na esfera pública, os autores demonstram como seu crescimento está diretamente vinculado ao quadro da evolução recente do sistema capitalista, em sua fase de globalização que, com

-
41. Ipojucan Dias Campos, “Sentidos da violência conjugal e amásia em Belém (Décadas de 1920 e 1930)”, *Projeto História* 39 (jul.-dez., 2009): 235-255; Durval Muniz de Albuquerque Júnior, “‘Quem é frouxo não se mete’: violência e masculinidade como elementos constitutivos da imagem do nordestino”, *Projeto História* 19 (jul.-dez., 1999): 173-188; Rachel Soihet, “O corpo feminino como lugar de violência”, *Projeto História* 25 (jul.-dez., 2002): 269-289; Antonio Otaviano Vieira Junior, “Família, violência e gênero: cotidiano familiar no Ceará (1780-1850)”, *Projeto História* 45 (jul.-dez., 2012): 113-140.
42. Carla Villamaina Centeno, “A fronteira como domínio da violência: reportagens sobre o sul de Mato Grosso (1932)”, *Projeto História* 39 (jul.-dez., 2009): 139-157; Rafael Chambouleyron, Vanice Siqueira de Melo, Fernanda Aires Bombardi, “O ‘estrondo das armas’: violência, guerra e trabalho indígena na Amazônia (séculos XVII e XVIII)”, *Projeto História* 39 (jul.-dez., 2009): 115-137; Franciane Gama Lacerda a Maria de Nazaré Sarges, “De Herodes para Pilatos: violência e poder na Belém da virada do século XIX para o XX”, *Projeto História* 38 (jan.-jun., 2009): 165-182; Gerson Rodrigues de Albuquerque, “Natureza, cultura, poder e violência no vale do Juruá – Acre”, *Projeto História* 23 (jul.-dez., 2001): 285-302; Valmir Batista Corrêa, “História e violência cotidiana de um ‘povo armado’”, *Projeto História* 39 (jul.-dez., 2009): 57-73; Regina Beatriz Guimarães Neto, “Vira mundo, vira mundo: trajetórias nômades. As cidades na Amazônia”, *Projeto História* 27 (jul.-dez., 2003): 49- 69.
43. Vide, por exemplo, os textos: Ivan Ducatti, “Aparelho ideológico de Estado e violência: o caso particular dos antigos leprosários”, *Projeto História* 38 (jan.-jun., 2009): 141-163; Nelson Tomelin Jr., “Planejamento Manicomial – a produção social da loucura (Hospital Psiquiátrico Pinel, São Paulo/1940)”, *Projeto História* 38 (jan.-jun., 2009): 205-219.

suas políticas neoliberais implementadas a partir da década de 1980, já começava a mostrar seus resultados nefastos e duradouros, tanto no Brasil quanto na América Latina e no mundo todo.⁴⁴

A terceira revolução industrial e a introdução da microeletrônica no processo de produção de mercadorias têm levado a uma verdadeira devastação no mercado de trabalho internacional. Bilhões de pessoas em todo o mundo tornaram-se dispensáveis ao processo produtivo, e a tendência é que o desemprego aumente ainda mais nas próximas décadas.⁴⁵ Este é um processo irreversível que está mudando o panorama do mundo e atinge não apenas pessoas, mas também países, o que aprofunda a diferença internacional entre países ricos e pobres e promove exclusão em continentes inteiros, como a África, por exemplo. Com isso, levas de marginalizados arriscam-se todos os dias nas fronteiras da Europa e da América do Norte, para tentar entrar no “paraíso” do capitalismo do Primeiro Mundo. E de modo geral, em todas as grandes cidades do mundo mais pessoas empobrecem e engrossam o bloco dos sem moradia e sem trabalho, dos inseridos em empregos precários, informais e às vezes considerados ilegais, e por isso sujeitos à repressão policial.⁴⁶

Paralelamente, no quadro no neoliberalismo, observa-se a diminuição do gasto público em políticas sociais abrangentes e universais. Ao contrário, são propostas e implementadas as chamadas “políticas focalizadas”, projetos

[301]

-
44. Marijane Vieira Lisboa, “Violência institucional e globalização econômica: o caso brasileiro”, *Projeto História* 38 (jan.-jun., 2009): 231-244; Carolina Crisorio, “La Argentina y sus vínculos con las grandes potencias. Emancipación política y dependencia económica”, *Projeto História* 38 (jan.-jun., 2009): 245-256; Rubén Laufer, “Argentina-China: una nueva ‘relación especial’”, *Projeto História* 38 (jan.-jun., 2009): 231-244.
45. Robert Kurz, “O que é a terceirização”, *Folha de S. Paulo*, 16/11/2003; “O combustível da máquina mundial”, *Folha de S. Paulo*, 11/07/2004; “O declínio da classe média”, *Folha de S. Paulo*, 19/09/2004.
46. “Según la Comisión Económica para América Latina y el Caribe —Cepal—, el desempleo en la región pasó de 5,7% en 1990 a 9,5% en 1999, pero lo que llama la atención no es tan sólo el incremento de los desocupados, sino la particularidad de los nuevos trabajos, pues de cada diez empleos que se crearon en la región entre 1990 y 1997, siete (6,9 exactamente) se originaron en el sector informal (Cepal, 1999). Es decir, ocurre una doble exclusión laboral, pues hay menos empleos y aquellos que surgen tienen un carácter tan precario como su condición de informalidad lo sugiere.”; Roberto Briceño-Léon, “La nueva violencia urbana en América Latina”, *Sociologías* 4.8 (jul.-dez., 2002).

que só atingem as comunidades mais miseráveis ou pedaços dela, aparecendo como uma vitrine da boa índole dos governos, do brasileiro, inclusive. No Brasil como em muitos outros lugares, em que pesem os esforços dos últimos governos, o Estado Social se amplia, mas concomitantemente cresce, como complemento de toda essa política, o Estado Penal.⁴⁷

[302] Conforme indicam os editores da *Projeto História*, na apresentação do citado volume *Violência e Poder*: embora a ordenação dos Códigos Penais:

[s]eja reconhecida desde a antiguidade, em códices como o de hamurabi, ou plasmado em um alcorão, ou no antigo testamento, será apenas no bojo da revolução industrial do século XVIII, da emergência do estado moderno como um subproduto do capitalismo que surge o que se denomina de ciência penal, ou seja, a criminologia, constituída pela política criminal, pelo direito penal, penitenciário, pela psiquiatria forense, pela psicologia judiciária, pela medicina legal, criminalística, com seus respectivos fundamentos epistemológicos e “características de cientificidade”.⁴⁸

Para os marginalizados e os excluídos que não se mantêm na estrita ordem, o Estado reserva a construção de cada vez mais prisões e a implementação de penas cada vez mais rígidas para os crimes contra o patrimônio dos ricos.⁴⁹

Tanto o aumento da criminalidade e da violência nela contida quanto a resposta do Estado Penal são o contraponto dessa situação criada pela globalização.⁵⁰ Há cada vez menos emprego no mundo e cada vez mais

47. Nilo Batista, “Todo crime é político”, entrevista à revista *Caros Amigos* (ago., 2003): 77.

48. Antonio Rago Filho e Vera Lucia Vieira, “Apresentação”, *Projeto História* 38 (jan.-jun., 2009): 9-15.

49. Ângela Mendes de Almeida, “Impunidade e banalização da violência dos agentes do Estado”, *Projeto História* 38 (jan.-jun., 2009): 221-230; Eda Góes, “A presença e a ausência da população penitenciária em pequenas e médias cidades do interior paulista: dilemas de uma história recente”, *Projeto História* 38 (jan.-jun., 2009): 183-204.

50. Publicação do Centro de Estudios Legales y Sociales — CELS — da Argentina caracteriza esta situação da seguinte maneira: “Así, la velocidad con que se marcan algunos rasgos del ‘Estado policial’ contrasta con la pereza con que se recobran ciertas notas del ‘Estado social’”. Centro de Estudios Legales y Sociales, *Políticas de seguridad ciudadana y justicia social* (Buenos Aires: Siglo XXI, 2004) 7.

gente marginalizada. Há cada vez menos dinheiro para o Estado investir em políticas que reduziriam as desigualdades sociais e cada vez mais dinheiro para construir prisões ou aumentar os efetivos policiais.

A violência que se exerce na esfera pública — a da criminalidade e a do aparelho repressivo do Estado — está, portanto, inserida nesse contexto. No entanto, se no Brasil ela tem aparecido como subitamente explosiva, há todo um substrato histórico, assentado sobre a estrutura de classes sociais presente na formação desse país, que já indicava tal tendência. Ela apenas ganhou atualidade sob os efeitos desagregadores das políticas neoliberais.

De uma maneira geral, a violência sempre esteve presente nas relações entre as classes sociais, porém de forma não institucionalizada. Aplicada informalmente pelos poderosos através de seus prepostos — os capitães do mato, os capangas etc. — ela não necessitava de leis e da formalidade institucional: os de cima sabiam que podiam aplicá-la e os de baixo acreditavam que cabia a eles sofrê-la. Era a desigualdade social interiorizada nos sentimentos das pessoas.

Mesmo porque, o que é a lei? O que é a justiça? Um dos grandes clássicos brasileiros, Victor Nunes Leal,⁵¹ problematizou essa questão. Em geral, na prática, a lei é para ser aplicada aos “outros”, aos que não são da “sua” família, ou das famílias da “sua” facção. No tempo da Primeira República, dizia-se abertamente: “aos amigos se faz justiça, aos inimigos se aplica a lei”. Essa frase, aparentemente paradoxal, era uma senha para os segmentos dominantes. Mas o paradoxo pode ser muito bem explicado: a lei, que é dura, só valia para os inimigos, para as famílias e facções rivais, e, sobretudo, para os pobres, considerados “sem família”. Portanto, não era para ser cumprida por todos, que, óbvio, não eram iguais. Daí o gosto reforçado no Brasil por toda sorte de casuísmos, por leis elásticas e adaptáveis. Já a justiça é magnânima. Ela não é cega, “*sabe com quem está falando*”⁵², mesmo vendada enxerga muito bem quem são os “amigos” do poder, quem são os outros, inclusive a massa de anônimos. Conforme Ângela Mendes, por isso a justiça é condescendente com os crimes que são frutos de paixão ou ódio vindos do fundo do coração e considera que o transtorno pelo mal feito — a prisão e o

[303]

51. Victor Nunes Leal, *Coronelismo, enxada e voto* (São Paulo: Alfa-Omega, 1975) (ver, sobretudo, 1º capítulo. 1ª edição, 1949).

52. Roberto Da Matta que trabalhou teoricamente esta frase, tão banal entre nós, em “Você sabe com quem está falando? Um ensaio sobre a distinção entre indivíduo e pessoa no Brasil”. Roberto Da Matta, *Carnavais, malandros e heróis* (Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983) 187-248.

juízo— já são suficiente castigo para alguém com “bons antecedentes” e “endereço fixo”. O importante, ressalta a autora, “é que o sentimento que vem do coração está inserido na mentalidade que consagra a desigualdade, que separa hierarquicamente as pessoas da nação”.⁵³

[304]

A desigualdade social nos remete para o berço da nação, à colonização portuguesa do Brasil, baseada na empresa agroexportadora, trabalhada por escravos. A escravidão é a matriz de nossa nacionalidade e deixou marcas indeléveis na sociedade. A grande propriedade agrária, trabalhada pela mão de obra escrava, veio a condicionar não apenas o sentido da evolução histórica do Brasil, que estruturou a economia e suas classes sociais,⁵⁴ como também cristalizar uma radical diferença entre os homens: os livres e os escravos. Assim, essa diferença transmutou-se para as formas mais “modernas”, ou seja, a desigualdade entre ricos e pobres, entre “incluídos” e “excluídos”. Acontecimentos fundamentais na história, como a Independência, a Abolição da Escravatura e a República não alteraram radicalmente tal situação.⁵⁵ Hoje, na era da globalização, separam-se os “incluídos” dos “excluídos”, “marginalizados”, “inabsorvíveis” e “inempregáveis”.⁵⁶

No alvorecer das revoluções burguesas na Europa e da Guerra da Independência americana, a igualdade e a liberdade apregoadas tinham por trás uma ficção de efeitos duradouros: a ideia de que o indivíduo nasce só e igual aos outros, e a de que a submissão a um poder político só se dá depois, através de um contrato social. E esse contrato social é realizado entre indivíduos iguais e independentes.⁵⁷ O poder devia organizar-se entre indivíduos iguais perante a lei, e não mais em relação às pessoas no topo de facções hierarquizadas.⁵⁸

53. Ângela Mendes de Almeida, “Violência e cordialidade no Brasil”, *Estudos – Sociedade e Agricultura* 9 (out., 1997): 127-136.

54. Caio Prado Jr., *Formação do Brasil contemporâneo* (São Paulo: Brasiliense, 1976) 19-32. Obra que serviu de base para uma ampla gama de outros trabalhos históricos.

55. Tatiana Maria Náufel Cavalcanti, “A Defesa do nível de emprego e a concentração da renda: uma visão de Celso Furtado”. Disponível em: <http://portal.cjf.jus.br/cjf/banco-de-conteudos-1> (pdf) (2009).

56. Mendes de Almeida, “Violência e cordialidade...”.

57. A agitação iluminista que precedeu a Revolução Francesa consagrou essa fórmula ficcional, que, no entanto sempre esteve carregada de um peso ideológico de enorme repercussão.

58. Louis Dumont, *O individualismo – Uma perspectiva antropológica da ideologia moderna* (Rio de Janeiro: Rocco, 1985).

É claro que se tratou sempre de uma igualdade ideal entre indivíduos, pois, conforme já bem demonstrou inicialmente Marx, “El gobierno del Estado moderno no es más que una junta que administra los negocios comunes de la clase burguesa”.⁵⁹ Mas essa idealidade jurídica perante a lei faz com que se busque o cumprimento do preceito, pois o senso comum considera ser possível chegar à igualdade perante a lei e que as instituições jurídicas darão conta disso. Da mesma forma pela qual os homens interiorizam as relações mercantis, de mercado, considerando-as naturais, eles também interiorizam a igualdade jurídica, que se torna assim uma força material.⁶⁰

[305]

Ora, no Brasil se diz que todos são iguais perante a lei, mas é lei que “não cola”. Esse é o pano de fundo histórico em que, nas condições de aplicação das políticas neoliberais, a atual violência se tornou explosiva. Pelo lado da criminalidade, tende-se a entendê-la como produto da crise socioeconômica que degradou profundamente o emprego. Os marginalizados e excluídos, sobretudo os mais jovens, sem empregos, sem escolas e equipamentos de lazer, são tentados a entrar na estrada da criminalidade. E ao invés da pedagogia, as classes dominantes respondem a isso com a construção de mais prisões, a invenção de regimes prisionais absurdamente desumanos, o critério de aumento das penalidades.

Enquanto isso, a leniência vigente no Estado permite que se espalhe a prática da tortura⁶¹ e das execuções sumárias. Assim como no Brasil,⁶² conforme demonstram os autores, o judiciário em outros países da região também é considerado lento e elitizado e nem sempre o estado demonstra interesse em coibir ou impedir as violações aos direitos humanos dos pobres, o que demonstra condescendência com o aumento da violência policial.⁶³

59. Karl Marx, *Manifiesto del Partido Comunista* (Buenos Aires: Pluma, 1974) 65.

60. Ernest Mandel, “Classes sociales et crise politique en Amérique Latine”, *Critiques de l'Économie Politique* 16-17 (1974): 10.

61. A prática de tortura, maus tratos e impunidades, assim como as críticas ao funcionamento do judiciário nesta área, não é privilégio do Brasil, a considerar as análises de: Martín Abregú, “Contra las apologías del ‘homicidio uniforme’. La violencia policial en Argentina”, *Nueva Sociedad* 123 (ene.-feb., 1993): 68-83.

62. Rolando Franco, “Estado, consolidación democrática y gobernabilidad en América latina”, *Síntesis* 14 (1990): 141-164.

63. Sobre a violência policial em vários períodos históricos consultar: José Otávio Aguiar, “Legislação indigenista e os ecos autoritários da “marselhesa”: Guido Thomaz Marlière e a colonização dos sertões do Rio Doce”, *Projeto História* 33 (jul.-dez., 2006): 83-96; Antonio Torres Montenegro, “História em campo minado (subterrâneos da violência)”, *Projeto História* 10 (jul.-dez., 1993): 115-124.

[306]

Por outro lado, os “incluídos” não sentem absolutamente qualquer responsabilidade por essa parte dos nacionais, esses “outros” que vegetam na criminalidade. Indignam-se contra a insegurança e o perigo de assaltos que violam o seu direito de ir e vir pelas ruas, mas se fecham em bunkers e condomínios fechados. Apoiam o respeito aos direitos humanos dos criminosos de colarinho-branco, os dos que engendraram grandes golpes, mas incentivam a violência dos agentes do aparato repressivo do Estado contra todo potencial executor de crimes contra o seu patrimônio.

Dessa forma, neste início de milênio o Brasil vive uma situação peculiar, na qual, desde o fim da ditadura e a aprovação da Constituição de 1988, persistem, na ação do aparato repressivo do Estado, mecanismos de tipo ditatorial, porém aplicados seletivamente.⁶⁴

Essas contradições também aparecem em outros Estados latino-americanos onde a remoção do “entulho autoritário” sofre idas e vindas. No Brasil, é como se o Estado democrático de Direito tivesse sido restabelecido apenas em algumas parcelas do território brasileiro e apenas para alguns efeitos. As instituições do Estado democrático funcionam até o limite em que a desigualdade social de classes aparece. Essa inoperância das regras do Estado democrático de Direito aparece especialmente nas ações das polícias —incluindo aí as polícias civil, militar, dos funcionários dos presídios e das Fundação Estadual do Bem-estar do Menor —FEBEN—, bem como no Poder Judiciário. Aí a impunidade campeia nos casos dos criminosos de colarinho-branco, dos assassinos de crimes da esfera privada que possuem “bons antecedentes” e no caso de crimes cometidos por policiais. Nestes casos todos os aspectos técnicos do arcabouço jurídico, como incoerências processuais e falta de provas, servem para anular ou postergar sentenças cuja justiça seria evidente. Quando se trata de crimes cometidos pelas classes sociais de baixo poder aquisitivo, crimes em geral contra o patrimônio dos ricos, prevalece o rigor que chega às raias do absurdo de prender, por meses, renovando as sentenças, pessoas por roubos que não chegam ao valor de R\$ 50,00 reais.⁶⁵

A disparidade dos julgamentos do Poder Judiciário, com raras exceções, é o principal fator que impulsiona a truculência das polícias.

64. Ronald E. Ahnen, “As políticas da violência policial no Brasil democrático”, *Projeto História* 38 (jan.-jun., 2009): 17-39.

65. Ver o caso narrado na seguinte notícia: “Doméstica está presa há 04 meses por roubar manteiga” (*Portal Terra*, 17/03/2006).

Essa truculência se exerce dentro da legalidade do “Estado democrático de Direito” —por meio da perseguição discriminatória das populações das periferias pobres e abordagens humilhantes—, mas se pratica, sobretudo em violação estrita da lei, no caso de torturas,⁶⁶ e principalmente das execuções sumárias que se tornaram a regra. Os policiais executam sumariamente ladrões de carro, possíveis sequestradores pegos em flagrante, enfim, os “culpados” ainda sem julgamento. Além disso, executam “inocentes”, ou seja, fazem incursões nessas comunidades e matam rapazes indiscriminadamente, desde que sejam pobres entre os 17 e os 25 anos aproximadamente. Outra forma de execução sumária disfarçada é aquela na qual policiais atuam como grupos de extermínio, fazendo essas incursões sem farda ou identificação, em geral mascarados com as chamadas “toucas ninja” e matando pessoas. Tais práticas têm sido objeto de estudos de grupos voltados para a análise de violência social e que incorporam, nesse meio, a análise dos extermínios. No entanto, tendem, como se observa na pesquisa citada abaixo, a considerar como execuções as ações “praticadas por esquadrões da morte, justiceiros, pistoleiros, grupos de extermínio, grupos ligados ao crime organizado ou quadrilhas de roubo”. Portanto, por considerarem que não se trata de uma política pública, já que nenhum governo assume a responsabilidade formal por isso, entendem que tal violência é resultado de ações individuais no interior da corporação e, nesse sentido, isentam o Estado, como ele mesmo o faz.

[307]

O estudo realizado por Evora, Ferreira, Tintori e Pedro, analisa comparativamente duas séries históricas —o período de 1980 a 1989 e o que vai de 1990 a 1996—, no Brasil e constitui um banco de dados de informações extraídas de jornais sobre o eixo Rio-São Paulo. Neste banco as execuções sumárias são referenciadas como “crimes de mando”, e os índices estatísticos de ações praticadas por “pistoleiros, grupos de extermínio/esquadrões da morte, justiceiros e matadores” não distinguem as praticadas por agentes do Estado das outras advindas de indivíduos tomados como pessoas físicas. Embora constate que as execuções sumárias passaram a ser chamadas de chacinas pela imprensa na passagem de 1980 para 1990, tal perspectiva

66. No Brasil a tortura é crime definido pela Lei 9.455, de 7 de abril de 1997. Além disso, o país é signatário de diversos protocolos e resoluções, como, por exemplo, a “Resolução 39/1946, Da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 10 de Dezembro de 1984. Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes”, que deveriam nortear legalmente a conduta dos membros do aparato repressivo do Estado.

analítica se consolida ao citar de O'Higgins (1991) o sentido de vigilantismo, isto é, ações de grupos organizados que tomam a justiça em suas próprias mãos, salientando que de forma diversa da que ocorre no Brasil, na América Latina tais ações “estão associadas aos regimes militares, em que grupos paramilitares ou esquadrões da morte agiam com a conivência ou a mando do Estado para eliminar opositores do regime militar”.⁶⁷

[308]

Os crimes em que a presença de policiais é comprovada são posteriormente relatados como fruto de um confronto, de um “tiroteio”. Como se pode observar, nesse confronto só morrem os “bandidos”, mesmo que supostamente bem armados e em maior número que os policiais. Posteriormente eles aparecem nas estatísticas como R.S.M., ou seja, “resistência seguida de morte”. Mas nunca a cena do crime é estudada com os parâmetros da polícia científica. Ao contrário, ela é imediatamente desarranjada, seja pelos policiais executores, seja, no caso de supostos grupos de extermínio, por outros policiais que chegam logo em seguida para recolher cápsulas e provas da execução.⁶⁸

A violência policial é uma causa ou um efeito da violência da criminalidade? Colocada assim, sob essa forma um tanto simplista, fica difícil estudar a questão. Entre os inúmeros textos que têm abordado essa questão vemos, por exemplo, esta afirmação:

Já é tempo de a sociedade brasileira se conscientizar de que violência não é ação. Violência é, na verdade, reação. O ser humano não comete violência sem motivo. É verdade que algumas vezes as violências recaem sobre pessoas erradas (pessoas inocentes que não cometeram as ações que estimularam a violência). No entanto, as ações erradas existiram e alguém as cometeu, caso contrário não haveria violência.⁶⁹

-
67. Yolanda Evora, Maria Inês Caetano, Adriana Tintori, Monica Aparecida Varasqui Pedro, “Execuções sumárias: justiça privada nos grandes centros urbanos brasileiros”, *Continuidade autoritária e construção da democracia* (São Paulo: ed. Paulo Pinheiro / Fapesp / CNPq / Fundação Ford. Relatório final da pesquisa, 1999) 226-230; Vanessa Mattos, *Os Esquadrões da Morte e a ditadura militar (São Paulo- 1968 a 1972)*. História. Dissertação de Mestrado, PUC-SP, 2011.
68. Ângela Mendes de Almeida, “O Estado não pode executar nem inocentes, nem suspeitos e nem culpados”, Agência *Brasil de Fato* (26/05/2006).
69. Valvim M. Dutra, “Causas da Violência no Brasil”, *Projeto Renasce Brasil* (1905).

Embora essa afirmação tenha o seu grão de verdade, ela se enreda em um círculo vicioso de violência. Na apreciação de um especialista, a violência veio em um crescimento que começou, segundo ele, no Rio de Janeiro dos anos 1950:

Com o apoio de parte da população, que via na execução sumária de ladrões e assaltantes a medida adequada da pena, introduziu-se definitivamente o receio da rendição —e a reação armada— entre os jovens que derivavam para os crimes contra o patrimônio. A ameaça concreta de ser morto por ser ladrão contribuiu para a mudança no padrão de criminalidade, mudança que também se transferiu para o tráfico de drogas.⁷⁰

[309]

Na verdade, se deslocarmos a questão para as responsabilidades do Estado, cujos funcionários são pagos pelo povo e existem para servir o povo, estaremos mais próximos de uma análise que valorize as respectivas responsabilidades. É com esses parâmetros que Fábio Konder Comparato pergunta: “Estarão o Ministério Público e a magistratura habilitados a entender que, num Estado democrático de Direito, os crimes cometidos pelas forças policiais são sempre mais graves que os praticados pelos bandidos, pois a polícia é mantida com recursos públicos e age em nome de todos os cidadãos?”⁷¹

A incidência de estudos sobre tais temáticas pode ser encontrada na ausência de respostas conclusivas sobre os fundamentos que explicam tal nexos entre o Estado e a sociedade civil. Tal perspectiva nos possibilita entender como e por que agentes do aparelho repressivo do Estado não se sentem obrigados a cumprir as regras do Estado de Direito; como e por que grande parte da opinião pública cobre essa ilegalidade; como e por que parte considerável do Poder Judiciário sanciona essa ilegalidade e nos faz temer a todo o momento o retorno da barbárie ditatorial que tanto marcou o continente no século xx.

70. Michel Misse, Profunda e antiga acumulação de violência. *Folha de S. Paulo - Tendências e Debates* [São Paulo] 20 maio de 2006, p. 02.

71. Fábio Konder Comparato. O Teatro Político. *Folha de S. Paulo - Tendências e Debates* [São Paulo] 2 jul. de 2006: 2.

OBRAS CITADAS

I. Fontes primárias

Prensa

Folha de S. Paulo (São Paulo)

[310]

Documentos

Agência Brasil de Fato.

Folha de S. Paulo.

Lei 9.455, de 7 de abril de 1997 – Brasil.

Projeto História (1984-2013)

Portal Terra, 17/03/2006. “Doméstica está presa há 04 meses por roubar manteiga” Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI921052-EI5030,00-Domestica+esta+presa+ha+meses+por+roubar+manteiga.html>

Resolução 39/1946, Da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 10 de Dezembro de 1984. Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes.

Revista Española de la Defensa (Madrid)

Opinião Pública

II. Fontes secundárias

Abregú, Martín. “Contra las apologías del ‘homicidio uniforme’. La violencia policial en Argentina”. *Nueva Sociedad* 123 (jan.-feb., 1993): 68-83.

Aguiar, José Otávio. “Legislação indigenista e os ecos autoritários da ‘marselhesa’: Guido Thomaz Marlière e a colonização dos sertões do Rio Doce”. *Projeto História* 33 (jul.-dez., 2006): 83-96.

Ahnen, Ronald E. “As políticas da violência policial no Brasil democrático”. *Projeto História* 38 (jan.-jun., 2009): 17-39.

Alves de Lima Filho, Paulo. “O Golpe de 1964: A vitória e a vitória da ditadura”. *Projeto História* 29.2 (jul.-dez., 2004): 513-526.

Alves de Souza, Sérgio. “Duas vezes Calabar – 1632/1973”. *Projeto História* 29.1 (jul.-dez., 2004): 499-512.

Alves, Giovanni. “Capitalismo e trabalho no Brasil do século XXI: metamorfoses da autocracia burguesa (1964-2004)”. *Projeto História* 29.2 (jul.-dez., 2004): 477-497.

- Antognazzi, Irma. “Necessidade do enfoque historiográfico para explicar os processos sociais do presente”. *Projeto História* 29.1 (jul.-dez., 2004): 35-51.
- Aparecida de Aquino, Maria. “Brasil: golpe de estado de 1964. Que estado, país, sociedade são esses?”. *Projeto História* 29.1 (jul.-dez., 2004): 87-105.
- “Apresentação”. *Projeto História* 33 (jul.-dez., 2006): 9-17.
- Batista Corrêa, Valmir. “História e violência cotidiana de um ‘povo armado’”. *Projeto História* 39 (jul.-dez., 2009): 57-73.
- Batista, Nilo. “Todo crime é político”. Entrevista à revista *Caros Amigos*. (ago., 2003).
- Briceno-Léon, Roberto. “La nueva violencia urbana en América Latina”. *Sociologias* 4.8 (jul.-dez., 2002).
- Cabral da Costa, Wagner. “O maranhão será terra em transe? História, política e ficção num documentário de Glauber Rocha”. *Projeto História* 29.1 (jul.-dez., 2004): 447-475.
- Carvalho, Carlos Eduardo. “O PC do B durante a ditadura: duas importantes contribuições”. *Projeto História* 29.2 (jul.-dez., 2004): 527-552.
- Centro de Estudios Legales y Sociales —CELS—. *Políticas de seguridad ciudadana y justicia social*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2004.
- Cerveira, Neusah. “Rumo à Operação Condor – ditadura, tortura e outros crimes”. *Projeto História* 38 (jan.-jun., 2009): 97-118.
- Chambouleyron, Rafael; Vanice Siqueira de Melo, Fernanda Aires Bombardi. “O ‘estrondo das armas’: violência, guerra e trabalho indígena na Amazônia (séculos XVII e XVIII)”. *Projeto História* 39 (jul.-dez., 2009): 115-137.
- Crisorio, Carolina. “Mercosur: Una mirada desde la Argentina”. *Projeto História* 31 (jul.-dez., 2005): 55-72.
- Crisorio, Carolina. “La Argentina y sus vínculos con las grandes potencias. Emancipación política y dependencia económica”. *Projeto História* 38 (jan.-jun., 2009): 245-256.
- Cruz Esquivel, Juan. “Da sociedade política à sociedade civil: a presença pública da igreja católica brasileira num período de instabilidade política (1952-2004)”. *Projeto História* 29.1 (jul.-dez., 2004): 197-221.
- D’ Assunção Barros, José. “Música indígena brasileira-filtragens e apropriações históricas”. *Projeto História* 32 (jan.-jun., 2006): 153-169.
- Da Costa Viotti, Emília. “Sucessos e fracassos do mercado comum centro-americano: dilemas do neoliberalismo”. *Projeto História* 31 (jul.-dez., 2005): 91-108.
- Da Matta, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.
- De Oliveira Andrade, Everaldo. “Bolívia, 1964 – Os militares também golpeiam”. *Projeto História* 31 (jul.-dez., 2005): 131-146.

[312]

- Del Vecchio, Angelo. “Política e potência no regime militar brasileiro”. *Projeto História* 29.1 (jul.-dez., 2004): 169-196.
- Dias Avelino, Yvone. “Comércio livre: política reformista bourbônica na estrutura do sistema colonial na América Latina”. *Projeto História* 31 (jul.-dez., 2005): 237-258.
- Dias Campos, Ipojucan. “Sentidos da violência conjugal e amásia em Belém (Décadas de 1920 e 1930)”. *Projeto História* 39 (jul.-dez., 2009): 235-255.
- Ducatti, Ivan. “Aparelho ideológico de Estado e violência: o caso particular dos antigos leprosários”. *Projeto História* 38 (jan.-jun., 2009): 141-163.
- Dumont, Louis. *O individualismo – Uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.
- Dutra, Valvim M. “Causas da Violência no Brasil”. *Projeto Renasce Brasil* (1905). Disponível em: http://www.renascebrasil.com.br/f_violenca.htm.
- Evora, Yolanda; Maria Inês Caetano, Adriana Tintori e Monica Aparecida Varasqui Pedro. “Execuções sumárias: justicamento privado nos grandes centros urbanos brasileiros”. *Continuidade autoritária e construção da democracia*. São Paulo: Ed. Paulo Pinheiro / Fapesp / CNPq / Fundação Ford. Relatório final da pesquisa, 1999.
- Fiori, José Luís. “Sistema mundial e América Latina: mudanças e perspectivas”. *Projeto História* 32 (jan.-jun., 2006): 55-77.
- Fonseca, Francisco. “O conservadorismo patronal da grande imprensa brasileira”. *Opinião Pública* 9.2 (out., 2003): 73-92.
- Franco, Rolando. “Estado, consolidación democrática y gobernabilidad en América Latina”. *Síntesis* 14 (1990): 141-164.
- Gama Lacerda, Franciane a Maria de Nazaré Sarges. “De Herodes para Pilatos: violência e poder na Belém da virada do século XIX para o XX”. *Projeto História* 38 (jan.-jun., 2009): 165-182.
- Gerab Baggio, Kátia. “Magia e paixão: o México sob o olhar de Érico Veríssimo”. *Projeto História* 32 (jan.-jun., 2006): 79-95.
- Góes, Eda. “A presença e a ausência da população penitenciária em pequenas e médias cidades do interior paulista: dilemas de uma história recente”. *Projeto História* 38 (jan.-jun., 2009): 183-204.
- Green, James N. “Clérigos, exilados e acadêmicos: oposição à ditadura militar brasileira nos Estados Unidos, 1969-1974” (tradução Olga M. Charro). *Projeto História* 29.1 (jul.-dez., 2004): 13-34.
- Gricoli Iokoi, Zilda Márcia. “A atualidade das proposições de Mariátegui, um revolucionário latino-americano”. *Projeto História* 31 (jul.-dez., 2005): 147-165.

- Guimarães Neto, Regina Beatriz. “Vira mundo, vira mundo: trajetórias nômades. As cidades na Amazônia”. *Projeto História* 27 (jul.-dez., 2003): 49- 69.
- Jochims Reichel, Heloisa. “A participação dos indígenas na construção do estado argentino (1810-1852)”. *Projeto História* 31 (jul.-dez., 2005): 295-311.
- Laufer, Rubén. “Argentina-China: una nueva relación especial”. *Projeto História* 38 (jan.-jun., 2009): 231-244.
- López Sánchez, Roberto. “La historiografía venezolana ante los nuevos paradigmas”. *Projeto História* 32 (jan.-jun., 2006): 31-53.
- Maciel, David. “O transformismo na substituição da institucionalidade autoritária pela institucionalidade democrática (1985- 1990)”. *Projeto História* 38 (jan.-jun., 2009): 79-95.
- Mancuso, Lara. “A comparação no estudo da história da América Latina”. *Projeto História* 31 (jul.-dez., 2005): 259-275.
- Mandel, Ernest. “Classes sociales et crise politique en Amérique Latine”. *Critiques de l'Économie Politique* 16-17 (1974): 10.
- Mao Junior, José. “A crise do sistema oligárquico de dominação em Cuba: a revolução de 1933”. *Projeto História* 31 (jul.-dez., 2005): 207-236.
- Marx, Karl. *Manifiesto del Partido Comunista*. Buenos Aires: Pluma, 1974.
- Mattos, Vanessa. *Os Esquadrões da Morte e a ditadura militar (São Paulo – 1968 a 1972)*. História. Dissertação de Mestrado, PUC-SP, 2011.
- Mendes de Almeida, Ângela. “Impunidade e banalização da violência dos agentes do Estado”. *Projeto História* 38 (jan.-jun., 2009): 221-230.
- Mendes de Almeida, Ângela. “O Estado não pode executar nem inocentes, nem suspeitos e nem culpados”. Agência *Brasil de Fato* (26/05/2006). Disponível em: http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia/analise/news_item.2006-0526.7687926400.
- Mendes de Almeida, Ângela. “Violência e cordialidade no Brasil”. *Estudos – Sociedade e Agricultura* 9 (out., 1997): 127-136.
- Mendes Regis, Iza Luciene. “O Sertão Iluminado: O Cine-Sertão de Rosemberg Cariry”. *Projeto História* 29.1 (jul.-dez., 2004): 553-569.
- Muniz de Albuquerque Júnior, Durval. “‘Quem é frouxo não se mete’: violência e masculinidade como elementos constitutivos da imagem do nordestino”. *Projeto História* 19 (jul.-dez., 1999): 173-188.
- Náufel Cavalcanti, Tatiana Maria. “A Defesa do nível de emprego e a concentração da renda: uma visão de Celso Furtado”. Disponível em: <http://portal.cjf.jus.br/cjf/banco-de-conteudos-1> (pdf) (2009).
- Nunes Leal, Victor. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

[314]

- Otaviano Vieira Junior, Antonio. “Família, violência e gênero: cotidiano familiar no Ceará (1780-1850)”. *Projeto História* 45 (jul.-dez., 2012): 113-140.
- Pellegrino Soares, Gabriela. “Diálogos culturais latino-americanos na primeira metade do século xx”. *Projeto História* 32 (jan.-jun., 2006): 241-256.
- Peregalli, Enrique. “Gramsci, A Questão Meridional e o Fascismo: uma abordagem historiográfica”. *Projeto História* 1 (jan.-dez., 1981): 26-29.
- Pina Ribeiro, Herval. “Meio e violência do trabalho no capitalismo: dimensões e complexidades”. *Projeto História* 23 (jul.-dez., 2001): 119-140.
- Pinto Pimentel, Júlio. “Em busca de um estilo: narrativas literárias brasileiras e hispano-americanas nos anos de 1990”. *Projeto História* 32 (jan.-jun., 2006): 143-152.
- Prado Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- Ramos Figueiredo Filho, Celso. “Nos porões da ditadura: psicanálise da tortura aos presos políticos no Brasil pós-64”. *Projeto História* 38 (jan.-jun., 2009): 57-78.
- Rago Filho, Antonio. “Apresentação”. *Projeto História* 33 (jul.-dez., 2006): 9-17.
- Rago Filho, Antonio. “O ardil do politicismo: do bonapartismo à institucionalização da autocracia burguesa”. *Projeto História* 29.1 (jul.-dez., 2004): 139-167.
- Rago Filho, Antonio e Vera Lucia Vieira. “Apresentação”. *Projeto História* 38 (jan.-jun., 2009): 9-15.
- Reis Longhi, Carla. “O Aparato Repressivo Brasileiro: dinâmicas da violência e confrontos pelo poder”. *Projeto História* 38 (jan.-jun., 2009): 119-140.
- Rodrigues de Albuquerque, Gerson. “Natureza, cultura, poder e violência no vale do Juruá –Acre”. *Projeto História* 23 (jul.-dez., 2001): 285 -302.
- Sagarra Gamazo, Adelaida. “América tiene nombre de mujer: mujeres indígenas en el pactismo durante la frontera”. *Projeto História* 31 (jul.-dez., 2005): 73-89.
- Scheidt, Eduardo. “Nação Mazziniana chega à região platina: jornalistas italianos e os debates no Prata em meados do século XIX”. *Projeto História* 32 (jan.-jun., 2006): 97-121.
- Silva, Marcos. “Laerte encontra Henfil (queda e ascensão das ditaduras)”. *Projeto História* 29.1 (jul.-dez., 2004): 125-138.
- Soihet, Rachel. “O corpo feminino como lugar de violência”. *Projeto História* 25 (jul.-dez., 2002): 269-289.
- Tragtenberg, Mauricio. “A delinquência acadêmica”. *Projeto História* 1 (jan.-dez., 1981): 20-24.
- Tomelin Jr., Nelson. “Planejamento Manicomial – a produção social da loucura (Hospital Psiquiátrico Pinel, São Paulo/1940)”. *Projeto História* 38 (jan.-jun., 2009): 205-219.

- Torres-Londoño, Fernando. “Conquista e cultura material na Nova Espanha no século XVI”. *Projeto História* 31 (jul.-dez., 2005): 277-293.
- Torres Montenegro, Antônio. “As Ligas Camponesas às vésperas do golpe de 1964”. *Projeto História* 29.2 (jul.-dez., 2004): 391-416.
- Torres Montenegro, Antonio. “História em campo minado (subterrâneos da violência)”. *Projeto História* 10 (jul.-dez., 1993): 115-124.
- Tota, Antonio Pedro e Antonio Rago Filho. “Apresentação”. *Projeto História* 29.1 (jul.-dez., 2004): 359-362.
- Venegas Delgado, Hernán. “El fantasma de la revolución haitiana y la independencia de Cuba (1820-1829)”. *Projeto História* 31 (jul.-dez., 2005): 25-54.
- Vieira Lisboa, Marijane. “Violência institucional e globalização econômica: o caso brasileiro”. *Projeto História* 38 (jan.-jun., 2009): 231-244.
- Vieira, Rosa Maria. “Celso Furtado e o nordeste no pré-64: reforma e ideologia”. *Projeto História* 29.1 (jul.-dez., 2004): 53-86.
- Vieira, Vera Lucia. “As constituições burguesas e seus limites contrarrevolucionários”. *Projeto História* 30 (jan.-jun., 2005): 99-126.
- Vieira, Vera Lucia. “Autocracia Burguesa e Violência Institucional”. Texto apresentado no *Congresso Interescuelas Tucuman*. Argentina, Buenos Aires. Setembro 2007.
- Vieira, Vera Lucia. “Criminalização das lutas sociais em estados autocráticos burgueses”. *Projeto História* 31 (jul.-dez., 2005):189-205.
- Vilar de Lima, Marinalva e Paula Cristiane de Lyra Santos. “Isotimia e Assinalação: Castelo Branco na literatura de folhetos”. *Projeto História* 29.2 (jul.-dez., 2004): 417-446.
- Villamaina Centeno, Carla. “A fronteira como domínio da violência: reportagens sobre o sul de Mato Grosso (1932)”. *Projeto História* 39 (jul.-dez., 2009): 139-157.

[315]

